



ELETRICITÁRIOS FIRMES NA LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS!

luta contra a privatização da Eletrobras está se acirrando, à medida em que vamos chegando perto do limite da margem de manobra do Governo Federal, quando se aproxima o período eleitoral.

Como nossa campanha de data base acontece dentro do ápice dessa luta, era de se esperar que a Diretoria da Eletrobras e as Diretorias de cada uma de suas controladas usassem de todas as armas, reais ou retóricas, para desmobilizar a categoria eletricitária, uma das mais disciplinadas e ágeis no contexto nacional.

As Diretorias das Empresas ajuizaram no TST, o DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE - DCG 1000418-66.2018.5.00.0000 - Natureza Econômica contra a greve proposta pelas entidades componentes do Coletivo Nacional dos Eletricitários no período de 11 a 13. Internamente, emitiram comunicados ameaçando o corte dos dias parados.

Por sorte, o CNE tão logo tomou conhecimento da ação, foi despachar com o Ministro relator Maurício Godinho Delgado, conhecido por ser um juiz sério e justo quanto a direito dos trabalhadores. Os representantes do CNE apresentaram as motivações da greve, o processo atropelado com o qual o Governo e a própria Eletrobras, por meio do atual presidente Wilson Pinto tem tentado a todo custo entregar nossa empresa à iniciativa privada. Além de expor o andamento das negociações de database.

O comportamento da Direção das empresas é típico de quem chegou à desesperadora constatação de que começa a não ser mais plausível continuar com a lógica privatizante e entreguista que vinha sendo defendida. Em seu pedido ao TST, as empresas pedem a ilegalidade e abusividade da greve, o efetivo de 100% do quadro, a não deflagração de outro movimento grevista e multa de hum milhão de reais por entidade por dia de greve.

Não temos dúvida de que o comportamento da Eletrobras fortaleceu o movimento grevista. Esquecese a empresa de que são os trabalhadores que estão sofrendo as conseqüências da política privatizante implantada por Wilson Pinto. Os cortes de direitos e benefícios ferindo o ACT vigente, a implantação do CSC de forma ataboalhada, os assédios morais e sexuais que aumentaram nas empresas, a diminuição do efetivo de trabalhadores resultando em precarização do serviço, é o que a categoria eletricitária que construiu esta enorme empresa tem enfrentado diariamente.

Se na década de 90, os trabalhadores permaneceram 33 dias para salvar a Eletrobras e suas empresas, desta vez não será diferente. A ameaça da privatização ainda paira no ar, o Governo Federal e sua base parlamentar continuam com sua sanha de vender o máximo possível de ativos, enquanto ainda houver a mínima margem para isso.

O PL 1971/15, que tratava da portabilidade na distribuição, enxertou partes da Consulta 33 do MME e prevê a venda de ativos um a um. O PL 10332, deixa as empresas distribuidoras em condições ideais para os leilões previstos. O próprio PL 9463/17 não foi derrotado na Câmara. Isso sem contar com a venda das SPE's das nossas empresas.

O CNE continua fazendo as intervenções diárias no Congresso e percebeu uma movimentação da base do Governo em aprovar o mais rápido possível o PL 10332. Conversas têm sido feitas no sentido de tentar viabilizar o PL 9463/17 tão logo haja desmobilização da base de oposição.

Por entender que a Diretoria da Eletrobras só consegue avançar com o impulso da mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras, seja por perceber o risco que corre, seja por necessitar da sensibilização do Governo ou da SEST, o Coletivo Nacional dos Eletricitários – CNE, reunido no último dia 6, logo após a 5ª Rodada de Negociação do ACT Nacional, decidiu propor, para deliberação em assembleias em todo o Brasil, por uma greve por tempo indeterminado, a partir do dia 25 de junho.

O CNE espera que a Diretoria da Eletrobras reconheça o grande valor de sua força de trabalho e trabalhe contra o processo de privatização e por um ACT justo à categoria.

ELETROBRAS PÚBLICA: ENERGIA FIRME E PARA TODOS!
56 ANOS DE PURA ENERGIA BRASILEIRA